

**CHAMADA DE
TRABALHOS**

FGV EAESP

**CADERNOS
GESTÃO PÚBLICA
E CIDADANIA**

GOVERNANÇA AMBIENTAL: NOVOS DESAFIOS NA GESTÃO

SUBMISSÃO: Até 02.09.2019

PREVISÃO DE PUBLICAÇÃO: Maio/2020*

EDITORES CONVIDADOS:

Cristina Adams (USP-EACH,IEE), **Evandro Mateus Moretto** (USP-EACH,IEE),
Zilma Borges (FGV EAESP), **Célia Regina T. Futemma** (UNICAMP-NEPAM).

PROPÓSITO DO NÚMERO ESPECIAL

A Governança Ambiental trata dos processos e instituições por meio dos quais os agentes sociais se organizam e tomam decisões a respeito do uso dos recursos naturais (Moura, 2016; WRI 2003). A complexidade e o caráter interescalar dos problemas socioambientais colocam desafios que demandam uma ação coordenada entre o Estado e a sociedade para que caminhemos em direção a um desenvolvimento sustentável e socialmente justo (Moura, 2016; WRI, 2003). A partir da Conferência da Rio-92, o processo de criação de estruturas político-institucionais para viabilizar a implementação das políticas ambientais ganhou impulso no Brasil e apresentou avanços notáveis tanto na esfera federal, quanto nos estados e municípios. Por outro lado, novos arranjos de Governança Ambiental no campo da gestão de políticas públicas vêm sendo experimentados e aperfeiçoados, a partir do envolvimento dos diversos agentes sociais que disputam ou que são impactados pelo uso dos recursos naturais, da criação de novas institucionalidades, e da consideração das múltiplas escalas de análise, incertezas e complexidade das questões socioambientais (Favareto, 2015).

Esta história de avanços continuados vem enfrentando, nos últimos anos, uma agenda de desconstrução de importantes marcos institucionais ambientais, como a revogação do Código Florestal, a desafetação de Áreas Protegidas na Amazônia, as propostas de retrocesso no Licenciamento e na Avaliação de Impacto Ambiental e, mais recentemente, as mudanças no Serviço Florestal Brasileiro, na Funai, no ICMBIO e no próprio IBAMA, além da exoneração de quadros técnicos competentes. Esta agenda é potencializada, em alguns casos, também nos estados. Tal cenário vem sendo acompanhado por avanços na fronteira agrícola, aumento do desmatamento, in-

tenso conflitos no campo, criminalização de movimentos sociais, políticas de indução da exploração do pré-sal e de grandes projetos de infraestrutura para a Amazônia, além da crescente insegurança de barragens de mineração.

Diante de tal contexto, os **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania** propõem esta chamada especial de artigos, cujo objetivo é reunir trabalhos que discutam questões centrais para o campo contemporâneo da Governança Ambiental no Brasil. São bem-vindos trabalhos apontando caminhos a estes cenários de simplificações institucionais que parecem não convergir com a complexidade e as incertezas inerentes aos sistemas socioambientais contemporâneos. **Serão considerados artigos que tratem dos seguintes subtemas:**

- **Gestão sustentável das florestas nativas e da biodiversidade**
- **Governança da restauração florestal e a escala da paisagem**
- **Gestão dos recursos hídricos e abastecimento**
- **Áreas protegidas**
- **Gestão comunitária de recursos comuns**
- **Governança e desenvolvimento territorial rural**
- **Agricultura, segurança alimentar e nutricional**
- **Agricultura urbana e periurbana**
- **Licenciamento e avaliação de impacto ambiental**
- **Desafios na gestão ambiental das áreas urbanas**
- **Os objetivos de desenvolvimento sustentável e a governança ambiental**

REFERÊNCIAS

Favareto, A. (2015). Uma década de experimentações e o futuro da política de desenvolvimento territorial rural no Brasil. In C. Grisa & S. Schneider (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil* (pp. 261-280). Porto Alegre: Editora UFRGS.

Moura, A. M. M. (Org.). (2016). *Governança ambiental no Brasil: Instituições, atores e políticas públicas*. Brasília, DF: IPEA.

World Resources Institute. (2003). *World resources 2002-2004 - Decisions for the Earth: balance, voice, and power*. Washington, DC: WRI.

SUBMISSÃO DE ARTIGOS

Os trabalhos submetidos não devem ter sido publicados, aceitos para publicação ou estar sob consideração para publicação em outra revista. Para ser elegível para revisão, o artigo deve seguir as **Diretrizes para Autores** dos CGPC. Os trabalhos devem ser escritos em português, inglês ou espanhol. A submissão deve ser feita através do OJS: www.fgv.br/cgpc.

Artigos adequados serão submetidos ao processo de avaliação por pares. Em caso de dúvidas, entre em contato com cadams@usp.br

SOBRE OS CGP&C

A revista **Cadernos Gestão Pública e Cidadania** é publicada exclusivamente on-line, em acesso aberto, sem restrições, e usa o Open Journal Systems (OJS) no processo de submissão, avaliação duplo-cega e publicação do periódico. CGPC não praticam taxa de submissão e publicação de artigo (APC-Author Processing Charge).

INDEXADORES



DIRETÓRIOS

